

09  
Muitos

ESCOLA DE GUERRA NAVAL



Curso PEM

Partido -

Solução do S-III-6 (EN)

Apresentada por

CELSO GRAÇA LIMA

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19 84

2-E-21



RAYMON ARON E AS BASES DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

CELSO GRAÇA LIMA  
Capitão-de-Mar-e-Guerra



MINISTÉRIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1984

MM - EGN  
BIBLIOTECA  
25/08/1987  
N: 968

GN-00002085-6

RAYMOND ARON E AS BASES DO RENASCIMENTO ESTRATÉGICO

GRUPO GRACIA LIMA  
Lição de Mar e Guerra



MINISTÉRIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1987

## ÍNDICE

	Folha
INTRODUÇÃO .....	III
Estratégia e Diplomacia ou a Unidade da Política Externa .....	1
Os Meios da Política Externa .....	3
Os Objetivos da Política Externa .....	5
A Dialética da Paz e da Guerra .....	6
ANEXO A - Os Elementos da Potência .....	A-1
BIBLIOGRAFIA .....	A-2

## INTRODUÇÃO

O pensamento político contemporâneo tem sido notadamente marcado pela obra de Raymond Aron, cuja coerência nas reflexões e propostas pareceram à crítica uma "espécie de argumento prolongado do autor consigo próprio". [4:17]

Vamireh Chacon, a quem coube apresentar a edição brasileira de "Paz e Guerra entre as Nações", identificou, com propriedade, a filiação de Aron à tradição de filósofo e pensadores iniciada na antiguidade, por Platão e Aristóteles, e continuada através dos tempos, até os dias de hoje, por Maquiavel, Hobbes, Montesquieu e Tocqueville [1:9]. Numa inquietante tentativa de associação, Aron é introduzido como um "weberiano cartesiano capaz de congregar, numa metodologia típica da cultura alemã atribuída a Humbolt, os aspectos filosóficos, históricos, sociológicos, econômicos e políticos vertentes nas Relações Internacionais".

Em "Paz e Guerra entre as Nações" essa metodologia é projetada ao nível da Política Internacional, combinando, de forma eficiente, os diversos campos do conhecimento em torno de uma discussão sobre as causas da guerra, o lugar que ocupa na natureza humana e seus efeitos sobre a Sociedade Industrial.

Expor e interpretar o pensamento de Aron, quanto às bases conceituais e ao contexto internacional que circunscreve a aplicação das estratégias, origem de sua obra, constitui o propósito deste ensaio.

Estratégia e Diplomacia ou a Unidade da Política Externa - Excur-  
sionando por conceitos de Clausewitz extraídos do clássico  
"Da Guerra" [5], Aron depara-se com a "fórmula famosa", que  
diz não ser a guerra apenas um ato político, mas "um verda-  
deiro instrumento da Política, uma busca de relações políti-  
cas, uma realização delas por outros meios". Definindo a po-  
lítica como a personificação da inteligência do Estado, con-  
sidera-a dotada de vontade para o exercício da arte única de  
dirigir o intercâmbio com outros Estados, em benefício daqui-  
lo que houver, ela própria, estabelecido como interesses du-  
ráveis da coletividade que integra a nação.

Revelam-se nessa unidade dois aspectos complementares: a  
diplomacia e a estratégia, o intercâmbio com outras unidades  
políticas e a condução das operações militares, o convenci-  
mento sem emprego da força e a imposição da vontade por atos  
de violência. No nível internacional, surge o estadista como  
a simbiose do diplomata e do soldado: buscando persuadir em  
tempos de paz, mas sem excluir a ameaça das armas; e, em tem-  
pos de guerra, estabelecendo objetivos que mantenham a estra-  
tégia subordinada aos interesses políticos, aventando as pos-  
sibilidades de uma paz vantajosa, e preservando o relacio-  
namento com aliados e neutros.

A subordinação da guerra à política, comparada à de um  
instrumento a um fim, fundamenta, segundo Aron, a distinção en-  
tre a guerra absoluta, caso extremo de destruição de um dos  
adversários, e a guerra real, em que prevalece o fator psico-  
lógico resultante do enfrentamento das coletividades envolvi-  
das. Se a confrontação de objetivos dirigir os Estados para  
a guerra absoluta, uma realidade concreta em nossa era, res-  
ta lembrar o apelo de Clausewitz de respeito ao princípio da

prevalência da política para conservação dos objetivos maiores de resguardo dos interesses da coletividade.

Estratégia e política guardam uma forte interdependência, pois se a guerra deve manter-se associada às intenções políticas, os objetivos da política precisam encontrar respaldo no Poder Nacional. Aron encontra episódios de I Guerra Mundial que ilustram essa proposição: o equívoco dos beligerantes sobre a natureza do conflito, cujo prolongamento demonstrou a ausência da mobilização da indústria e da população ; e a incapacidade dos Aliados para definir seus objetivos políticos, criando um espaço logo ocupado pela vontade militar de destruir o inimigo, sem considerar a viabilidade de desarmá-lo, antes mesmo de conseguir uma vitória absoluta. A guerra da Coréia, por outro lado, foi marcada por uma conduta essencialmente política. Limitando o emprego de suas forças , os americanos, embora renunciando a possíveis vitórias militares locais, preservaram a situação anterior ao conflito e confirmaram o valor das garantias dadas contra agressões a seus aliados, deixando à China, um beligerante que se fez presente no teatro através de pseudo-voluntários, o prestígio advindo do fato de ter impedido o aniquilamento da Coréia do Norte pela maior potência mundial da época.

Quando a relação de forças excluir a possibilidade de uma vitória decisiva, propiciando uma paz ditada como melhor a prouver ao vencedor, podem os estadistas estabelecer como objetivo, no lugar de ganhar, não perder a guerra. Essa alternativa estratégica, que é traduzida em abater do partido mais forte a vontade de vencer, tem sido adotada desde épocas remotas e ainda persiste nos dias de hoje. No entanto, tratando-se de revoluções e guerras subversivas, adquire novo significado. As guerras de libertação de colônias, em particular , são desequilibradas pelo fator psicológico que favorece o re

belde, cuja paixão pela causa transcende o empenho com que o colonizador admite a legitimidade do próprio domínio. Aron, contudo, adverte que essa vantagem torna-se decisiva apenas quando os detentores do poder não podem ou não querem se defender, citando como exemplo as intervenções do exército russo em Varsóvia e em Budapeste para "restauração da ordem".

Aron conclui, corretamente, que "o primado da política é uma proposição teórica, não um conselho de ação...[que] permite, de fato, frear a escalada aos extremos..."[1:78]. Esse entendimento, desde que tornado comum às partes envolvidas, consulta as restrições universais dos gastos realizados pelas nações para construir e manter seus próprios aparatos de suporte à estratégia de dissuasão. Respeita, ainda, a situação de uma potência nuclear, presa ao dilema de aniquilar para ser, instantes depois, aniquilada. E é sobrejacente às alianças, em que os interesses individuais podem excluir a solidariedade total e, então, a unidade da política.

Os Meios da Política Externa - Confinando sua aplicação ao campo das relações internacionais, Aron define o poder pela "capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais" [1:79], mediante aplicação de força, em circunstâncias e com objetivos determinados.

A força empregada a serviço da política, na guerra ou na paz, é uma parcela do potencial dos recursos materiais, humanos e morais com que, teoricamente, conta cada unidade; sua dimensão depende do potencial de mobilização, por sua vez uma função da capacidade e da vontade coletiva.

Ao perseguir uma racionalização para o grupamento dos fatores componentes da força potencial, Aron, examinando propostas consagradas (Anexo A), estabelece como requisitos de sua teoria a homogeneidade e a abrangência desses fatores, e



o entendimento de sua variabilidade com o tempo e das incertezas da medida. O modelo resultante envolve três elementos fundamentais: o espaço (ou meio geográfico) ocupado pela unidade política; os recursos materiais disponíveis e a população, aliados ao conhecimento para produzir armas e à arte de formar soldados; e a capacidade de ação coletiva, englobando organização, disciplina, qualidade de comando civil e militar, e a solidariedade dos cidadãos.

Mesmo admitindo, com isenção de incerteza, a ampla superioridade de recursos de um dos beligerantes, há casos na história em que a ação coletiva prevaleceu, como no Vietnã, ou foi sobrepujada, como no aniquilamento dos romanos pelos bárbaros. A hierarquia entre os elementos varia com os aspectos circunstanciais e temporais de cada situação, não cabendo generalizar.

Espaço, recursos e capacidade de ação servem também de indicadores da potência de uma unidade política na paz. A esses elementos, Aron acrescenta o costume, que admite o emprego de meios legítimos em cada época e inclui a coerção econômica, a dependência financeira, as ações sobre elites e massas, a violência simbólica e a violência clandestina (terrorismo). Em suma, um arsenal à disposição da diplomacia, respaldando a persuasão que ela procura exhibir como recurso explícito para convencimento de seus interlocutores.

Malgrado as incertezas existentes na medida da potência, por lidar com abstrações como organização, qualidade (ou valor) dos meios e dos dirigentes, e vontade popular, o sistema internacional admite uma gradação das unidades políticas, assentada no volume dos recursos materiais e humanos por elas consagrado às ações diplomáticas e estratégicas. No círculo das alianças, contudo, como o emprego da força militar não é pressuposto, dando lugar a meios de pressão indiretos (e muitas vezes ineficazes), é um exercício ocioso hierarquizar os

Estados-membros através de medidas de potência.

Os Objetivos da Política Externa - A inexistência de uma teoria geral das Relações Internacionais comparável à teoria geral da Economia torna-se o corolário do paralelo traçado por Aron entre os objetivos da política externa, e os interesses do indivíduo e da coletividade. Enquanto a Economia procura racionalizar conceitos abstratos como a utilidade de bens, materiais ou não, para o indivíduo, as Relações Internacionais carecem de um objetivo racional, pois a potência, que seria a medida equivalente, não exerce a mesma função da utilidade. Porque sem constituir um fim em si própria, presta-se à perseguição de outros objetivos: a segurança, para guardar a sobrevivência da unidade política como tal; e a glória, para influir nos destinos da humanidade e trazer o orgulho de difundir uma idéia.

Assim demonstra Aron a complexidade da definição do objetivo nacional. A potência efetiva, traduzida em segurança e glória, vem a ser uma realidade dificilmente perceptível.

A segurança individual decorre da força de cada Estado, comparada à dos oponentes. Eleita objetivo último, o esforço para atingi-lo obriga ao estabelecimento de uma situação capaz de dissuadir eventuais agressores, naturalmente em troca de outros valores que também consultam o bem comum. E contrastando com o aspecto material da força, surge a glória, como o objetivo moral perseguido pelo Estado que pretende ver sua potência reconhecida pelo mundo, consagrada pela vitória e pela sujeição dos antagonistas.

A abstração implícita nesses conceitos levou Aron a identificar objetivos concretos das unidades políticas através dos tempos, resumindo-os em espaço, homens e idéias. Expandir o território que cultivam, ou de algum modo exploram, submeter

peçoas, e impor como verdades suas idéias religiosas ou sociais. Embora freqüentemente associados, há casos em que estes termos permanecem distintos: os Cruzados pretendiam a libertação dos Lugares Santos e Israel a ocupação dos sítios do reino de Davi, sem cogitar da conversão dos infiéis e dos muçulmanos. Já a luta pelo espaço e pelos homens recorre à obtenção de vantagens territorial e demográfica, estratégica e econômica. Cabe aqui lembrar os exemplos da argumentação alemã pela unificação do povo ariano e a conquista do "espaço vital"; do assentamento de Israel em Golan; e da resistência da França à descolonização da Argélia.

A Dialética da Paz e da Guerra - Embora manifestando preferência por uma tipologia da guerra suportada por fatores sociológicos, Aron não descarta uma classificação formal para orientar sua análise<sup>1</sup>.

Tomando a paz como ponto de partida, por considerá-la uma aspiração razoável de todas as sociedades, e definindo-a como a "suspensão das modalidades violentas das rivalidades entre os Estados" [1:169], Aron distingue os tipos correspondentes às relações de forças reais ou potenciais existentes num espaço histórico a paz imperial, a paz da hegemonia e a paz do equilíbrio, e a última como balança de preponderantes.

A paz imperial advém da detenção do monopólio da violência por um Estado. O amplo predomínio da vontade do Estado imperial, ao eliminar os resquícios de autonomia das unidades políticas dominadas, transforma a paz imperial na paz civil, deixando o campo das relações internacionais para circunscrever-se ao da política interna.

---

<sup>1</sup> *Transcende ao escopo deste ensaio discutir a classificação obediente aos aspectos sociológicos. Resta a oportunidade de registrar, tão somente, as denominações atribuídas por Aron, indicadoras das raízes da guerra enquanto instituição: defensiva, social, econômico-política e aristocrático-conservadora.*

Entre os extremos do equilíbrio e do império, a paz da hegemonia acontece pelo reconhecimento incontestado da superioridade de uma unidade política. Os Estados menores sujeitam-se à situação existente enquanto o detentor da hegemonia dela não abusa, respeitando-lhes a independência e renunciando à possibilidade de estabelecer um império. Na América do Norte, os Estados Unidos impõem uma paz hegemônica ao Canadá e ao México. Na Europa Ocidental, reina a paz do equilíbrio.

Relacionando-as com as modalidades da paz, a tipologia formal distingue três espécies de guerra: as interestatais, em que se engajam unidades políticas mutuamente reconhecidas como legítimas; as imperiais (ou superestatais), cujo objetivo, origem ou consequência, consiste em eliminar participantes ou reorganizar novas unidades; e as infra-estatais (ou infra-imperiais), motivadas pela manutenção ou desagregação de uma unidade política nacional ou imperial.

Essa classificação, admite Aron, não tem caráter universal. Buscando alternativas para qualificar as guerras, elege "a natureza das unidades políticas e das idéias históricas encarnadas pelos beligerantes", portanto referindo-se a objetivos, e "a natureza das armas e do aparelho militar" [1:173], pertinente aos meios. A marca imposta pela organização interna das coletividades está presente nas guerras ditas feudais, dinásticas, nacionais e coloniais, cuja origem comum encontra-se no juízo dos estadistas sobre legitimidade de objetivos, e na concepção de diplomacia e guerra.

Até este ponto, o princípio da potência tem explicado os tipos de paz. O progresso das técnicas de produção e de destruição, quando acompanhado simultaneamente pelas unidades políticas, introduz o princípio complementar da impotência, decorrente da existência de Estados capazes de desferir golpes mortais, uns sobre os outros. Dele decorre a paz do terror ,

configurando uma situação em que perde o significado hierarquizar potências ou procurar o equilíbrio: a posse de armas nucleares, ainda que em quantidades reduzidas e instaladas em vetores de desempenhos inferiores, confere a seus detentores a capacidade de infringir ao inimigo perdas desproporcionais às vantagens de qualquer vitória. Assim, a paz de terror mede as forças aproximada e equivocadamente: seu mérito consiste em iludir a guerra apenas pela sensatez, por exigir a certeza de que um ataque eliminaria os meios de retaliação ou, ao menos, reduzi-los-ia a ponto de livrar o agressor do sofrimento de perdas inaceitáveis.

Concebida no plano conceitual, e situada entre os extremos da potência e do terror, a paz da satisfação refere-se à conformação dos Estados com a situação reinante. Refletindo relações vigentes ao cessar a última confrontação, seu caráter é nitidamente precário no tempo e restrito no espaço.

Aron não considera prejudicial à distinção entre a paz e a guerra a noção de guerra fria, nela identificando traços originais descritos por modalidades estratégicas nos campos diplomático e militar: a dissuasão, a persuasão e a subversão.

A paz do terror leva à dissuasão. A humanidade ainda não sabe como lidar com a perspectiva de uma guerra atômica e, de suas inquietações, resulta um equilíbrio altamente instável.

A persuasão visa acrescentar um elemento adicional de força pelo condicionamento do ânimo das populações. Utilizada intensamente desde a Primeira Guerra, a propaganda incute uma justificativa moral e política para os sacrifícios exigidos, organiza o entusiasmo na frente de combate e na retaguarda, e procura abater o adversário, colocando em dúvida o valor da causa defendida. Os beligerantes da II Guerra Mundial procuraram persuadir os inimigos de que lutavam por uma minoria de exploradores (capitalistas, plutocratas, nazistas, judeus

ou comunistas), e não por um regime justo e pelo bem da pátria. Por diferentes motivos, no entanto, os povos se mantiveram fiéis até o fim, demonstrando a dificuldade de medir a eficácia dessa estratégia. No contexto da guerra fria, contudo, a persuasão possui o poder de intrometer no diálogo fechado dos regimes totalitários com seu povo, a presença de regimes constitucionais-pluralistas e a opinião pública mundial.

A subversão tem por objetivo deslocar uma população da influência administrativa e moral do poder estabelecido para outras instituições, políticas e militares, muitas vezes por meio de luta. Vista como técnica, não se confunde com a guerra subversiva, denominação dada contemporaneamente a conflitos infra-estatais ou infra-imperiais, e caracterizadas pelas relações entre o poder estabelecido e o revolucionário.

A análise desses modos de agir no comportamento dos homens, por dissuasão, persuasão e subversão, somente se completa ao ser considerada a lei dos antagonismo, que Aron qualifica de "a essência dialética da política" [1:184]. Cada procedimento é utilizado pelo menos por dois atores, e o diálogo entre eles fixa o sentido da ação.

A estratégia da dissuasão, tornada mútua com a abertura do clube atômico, tende a uma neutralização reflexiva, devida ao perigo que ameaça todos os atores em cena. Assim, a reciprocidade torna-se responsável por limitar o emprego da dissuasão, e contribue para reduzir a probabilidade de um confronto nuclear.

A tolerância dos regimes constitucionais-pluralistas à existência de partidos aliados a outros países, e outros regimes, em contraste com a intransigência totalitária, provoca uma assimetria no caso de persuasão. As consequências, contudo, não parecem capazes de causar desequilíbrios.

A subversão tem como imagem a repressão. O revolucionário -

rio luta pelo poder, para substituir a comunidade tradicional pela rebelde; a repressão tem por objetivos destruir o núcleo da comunidade futura, mantendo a vinculação material e moral da população ao sistema dominante.

A série histórica que mostra o progresso das armas atômicas tem na guerra fria o ponto de convergência com a intensificação do elemento psicológico em detrimento da violência. Aron explica esse encontro pela crescente limitação do emprego dos instrumentos de força, na medida em que ultrapassam a escala humana, creditando ao caráter desproporcional da tecnologia bélica o retorno da guerra à sua essência de prova de vontades<sup>2</sup>. Em seu lugar vêm a ameaça, a impotência recíproca e a violência clandestina, ou seja, estratégias que não acarretam risco excessivo para a humanidade.

E substanciando sua crença na "possibilidade de unir, sem confundir, curiosidade científica e preocupação política, reflexão desinteressada e ação decidida" [7:28], advinda da marcante influência de Max Webber, Aron conclui com advertências sobre a ameaça que a paz do terror traz às populações, reduzindo os homens a uma forma de passividade coletiva; a arma psicológica brandida pelos revolucionários e seus antagonistas, dirigida a cada indivíduo, e visando a todos; e o dever imposto pela subversão, de que cada indivíduo eleja seu destino, seu partido, sua nação.

---

2

*Seguindo linha similar de raciocínio, o Almirante Amiral vê o ocaso da "era da tecnologia" ante o renascimento do que denominou de "era política". [6:23]*

ANEXO A

OS ELEMENTOS DA POTÊNCIA

Correspondência entre os elementos identificados por Spykman, H.J. Morgenthau, Rudolf Steinmetz e Guido Fischer, e os adotados por Raymon Aron.

ARON	MEIO	RECURSOS	AÇÃO COLETIVA
Spykman	Superfície Natureza das Fronteiras	População Existência de Matérias-primas Desenvolvimento econômico e tecnológico Força financeira	Homogeneidade étnica Grau de integração social Estabilidade política Espírito Nacional
Morgenthau	Geografia	Recursos Naturais Capacidade industrial Estado de preparação militar População	Caráter nacional Moral nacional Qualidade da diplomacia
Steinmetz	Dimensões do território	População Riquezas	Instituições políticas Qualidade do Comando Unidade e coesão nacionais Prestígio e alianças externas Qualidades Morais
Fischer	Posição geográfica Dimensões do estado Densidade demográfica Tipos de fronteiras	População Flexibilidade econômica Capacidade de invenção Fertilidade do solo Riquezas minerais Organização industrial Nível Tecnológico Desenvolvimento do Comércio Força financeira	Organização social Nível cultural Atitude dos países vizinhos Perseverança Capacidade de adaptação



## BIBLIOGRAFIA

1. ARON, Raymond. "Paz e guerra entre as nações". Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1979 - 708p.
2. \_\_\_\_\_. "De la condition historique du sociologue". Gallimard, Paris, 1971.
3. CLAUSEWITZ, Carl von. "Da guerra". Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1982.
4. DEUTSCH, Karl et alii. "O Estado-nação e as relações internacionais". Curso de introdução às relações internacionais, Unidade II. Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1983. 2. ed. 180p.
5. IONESCU, Ghita. "Raymond Aron, um clássico moderno". Política, Fundação Milton Campos, Brasília, DF, (7):16-20. jan/mar. 1978.
6. OLIVEIRA, José Maria do Amaral. "O Poder Marítimo dos Estados Unidos e da União Soviética". Conferência proferida na Escola de Guerra Naval, em 27 abr. 1982.
7. SARDENBERG, Ronaldo e ARON, Raymond. "O Meio internacional". Curso de introdução às relações internacionais, Unidade III. Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1983. 2ed. 150p.

BIBLIOGRAFIA

1. ARON, Raymond. Verdade de I. Editora Uni-  
9 - 708p.

2. "De la con-". Galliard,  
Paris, 1971.

3. CLAUSSWITZ, Carl von. "Da guerra". Editora Universidade de  
Brasília, Brasília, DF, 1982.

4. DEUTSCH, Karl et alii. "O Estado-nação e as relações in-  
ternacionais". Curso de Introdução às relações interna-  
cionais, Unidade II. Editora Universidade de Brasília,  
Brasília, DF, 1983. 2. ed. 180p.

5. JORNAL, Gênia. "Raymond Aron, um clássico moderno". Poli-  
tica, Fundação Milton Campos, Brasília, DF, (7):16-20.  
Jan/mar. 1978.

6. OLIVEIRA, José Maria de Amaral. "O Poder Marítimo das Es-  
tados Unidos e da União Soviética". Conferência profeti-  
da na Escola de Guerra Naval, 27 abr. 1982.

7. SANDERSON, Ronald e JON, Raymond. "O Meio Internacio-  
nal". Curso de Introdução às relações internacionais, Uni-  
dade III. Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF,  
1983. 2ed. 150p.



00020730000968

Raymon Aron e as bases do pensament

2-E-21

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA  
DATA CARIMBADA

09 AGO 97		
0.E SET 97		
22 FEB 92		
8 MAR 1996		
26 MAR 1996		
18 ABR 1996		
26 ABR 1996		
22/02/04		

**MINISTÉRIO DA MARINHA**  
**ESCOLA DE GUERRA NAVAL**  
**Biblioteca**

Lima, Celso Graça

Raymon Aron e as bases do pens  
amento estrategico

2-E-21

(968/87)

Lima, Celso Graça

Raymon Aron e as bases do pensamento estrategico

TITULO

2-E-21

DEVOLVER NOME LEIT. (968/87)

<u>19 AGO 90</u>	Chaves CMB (im) VELLOSO
<u>06 SET 91</u>	CMB (im) ELCIO
<u>22 FEV 92</u>	CC CHARLES
<u>8 MAR 1996</u>	CMB SANTOS
<u>20 MAR 1996</u>	CMB GARCIA
<u>18 ABR 1996</u>	CC LIMA FILHO VIEIRA SENECA
<u>26 ABR 1996</u>	CC V. SALGADO
<u>22/02/04</u>	Mn. ds Rodrigues (SAM)